



Município de Palmela

CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 07/2008:

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008:

No dia vinte e seis de Março de dois mil e oito, pelas quinze horas e trinta minutos, no edifício dos Paços do Concelho e respectiva Sala das Sessões, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, presidente, encontrando-se presentes os vereadores Adília Maria Prates Candeias, José Justiniano Taboada Braz Pinto, Octávio Joaquim Coelho Machado, José Manuel Conceição Charneira, Adilo Oliveira Costa e José Carlos Matias de Sousa.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2007

PONTO 2 – Relatório e Contas 2007 – Palmela Desporto, E.M.

A **Sr.ª presidente** saúda os presentes na sala.

Seguidamente, a **Sr.ª presidente** menciona que, sendo esta reunião extraordinária não haverá lugar ao *Período Antes da Ordem do Dia*, nem ao *Período destinado ao Público*.

ORDEM DO DIA

I – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2007:

PROPOSTA N.º 1/DAF/07-2008:

«O documento “Prestação de Contas” é constituído por um conjunto de mapas de natureza orçamental e financeira e pelo relatório de gestão que apresenta e justifica a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, para o ano em apreciação.

O ano de 2007 caracteriza-se por apresentar taxas de execução superiores às registadas nos últimos anos. Da análise ao documento salientam-se os seguintes aspectos:

1. No capítulo da Receita

(Unidade: milhões
euros)

	2005	2006	Varição 06/05	2007	Varição 07/06
Total de Receitas	42,0	39,7	-5,7%	40,7	2,5%
Saldo transitado ano anterior	7,7	3,2	-58,6%	1,2	- 62,5%
Total Disponibilidades	49,8	42,9	-13,9%	41,9	- 2,3%

- As disponibilidades financeiras totalizaram 41,9 milhões de euros, representando menos 2,3% que no ano 2006, muito embora a receita tenha apresentado um acréscimo de 2,5% face ao mesmo ano;
- O orçamento final previa um total de receita de 42,8 milhões de euros. Foram arrecadados 40,7 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 95,1% e a um desvio, face ao orçamentado, de 2,1 milhões de euros;
- Relativamente ao previsto, não se executaram 2,1 milhões de euros provenientes da utilização do empréstimo aprovado para financiamento de investimentos municipais;

- O conjunto dos Impostos Directos teve uma taxa de execução de 87,6%. A Derrama sobre o IRC recebida representou 62,4% do valor orçamentado e foi compensada pela taxa de execução de 120,4% e 135,4% do IMI e IMT, respectivamente;
- Comparativamente ao ano de 2006, os Impostos Directos apresentam uma diminuição de 2%. Registou-se uma quebra na Derrama sobre o IRC, de 1,7 milhões de euros (- 34,4%) explicada pela diminuição dos lucros das empresas, e nos Impostos Abolidos (- 42,3%). Verificou-se um aumento de 1,3 milhões de euros (+ 20,9%) no valor cobrado do IMI, consequência de uma maior eficácia na cobrança deste imposto, e um aumento de 9,9% no IMT. O Imposto Municipal sobre Veículos teve um aumento de 11% mas sem grande significado em termos de valor absoluto. Estes aumentos registados não compensaram contudo, a diminuição do valor arrecadado proveniente da Derrama e dos Impostos Abolidos.
- Os Impostos Indirectos tiveram um acréscimo de 48,8%, cerca de 1,5 milhões de euros, essencialmente resultante de loteamentos e obras;
- O peso das receitas correntes, no total das receitas atingiu 94,2%, o maior dos últimos anos;
- Na estrutura da receita, o peso dos Impostos Directos (46,9%), apresentou um ligeiro decréscimo face aos anos anteriores, sendo de salientar que pela primeira vez se situa abaixo dos 50%;
- Os Impostos Indirectos representam 11,3% do total da receita. O seu peso cresceu significativamente;
- O valor transferido do Orçamento de Estado, ao abrigo da Lei das Finanças Locais, diminuiu. No total da receita o valor das transferências representava 21,5%, no ano de 2006, passando a 19,9% no ano de 2007.

2. No capítulo da Despesa

O total das disponibilidades de 2007 foi afecto do seguinte modo:

Unidade: euro

Afectação da Despesa	Valor	Peso
Grandes Opções do Plano	18.379.942,20	45,9%
Despesas com Pessoal	17.462.365,02	43,6%
Outras Despesas	4.203.932,29	10,5%

TOTAL	40.046.239,5	100,0%
-------	--------------	--------

- A despesa paga em 2007 foi de 40 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 91% face à despesa orçamentada no final do ano.
 - Do total de pagamentos efectuados, 45,9% foram imputados directamente às Grandes Opções do Plano, 43,6% destinaram-se ao pagamento de despesas de pessoal e 10% a despesas não imputadas directamente às Grandes Opções do Plano;
 - Comparativamente ao ano de 2006 a despesa diminuiu em 3,9%;
 - As despesas correntes diminuíram 2,4% num período em que a taxa de inflação foi de 2,5%, consequência de uma racionalização e contenção deste tipo de despesas;
 - As despesas com pessoal tiveram um crescimento de 0,4%, valor inferior ao acréscimo da tabela salarial;
 - A aquisição de bens e serviços diminuiu 5,8%;
 - A aquisição de bens de capital sofreu uma diminuição de 6,3% comparativamente ao ano 2006 e apresenta uma taxa de execução de 71,3% face ao valor previsto;
 - Os encargos correntes da dívida foi a rubrica que apresentou um aumento mais significativo (+ 6,3%), resultado do aumento das taxas de juro;
 - Os limites à contracção de despesa impostos às autarquias foram cumpridos, tanto ao nível do equilíbrio orçamental, como das despesas com pessoal. As despesas correntes foram totalmente financiadas com recurso a receitas correntes, gerando ainda uma poupança corrente de 5,1 milhões de euros, canalizada para financiamento de despesas de capital. As despesas com pessoal foram inferiores aos limites estipulados, situando-se em 48,6% das receitas correntes de 2006.
3. Grandes Opções do Plano:
- As Grandes Opções do Plano aprovadas para o ano económico de 2007, apresentavam um valor de 19 milhões de euros, com financiamento assegurado e 2,5 milhões de euros a aguardar financiamento. Ao longo do ano foram as mesmas sujeitas a alterações e a uma revisão, passando o valor final para 21,6 milhões de euros;

- No final do ano o valor pago foi de 18,4 milhões de euros correspondendo a uma taxa de execução financeira de 84,9%;
- Do total de recursos afectos às GOP, 58,1% (10,7 milhões de euros) foram canalizados para as Funções Sociais, 16,6% (3 milhões de euros) para Funções Económicas, 14,8% (2,7 milhões de euros) para as Funções Gerais e 10,5% (1,9 milhões de euros) para Outras Funções;
- Nas Funções Sociais, foram investidos mais de 2 milhões em cada uma destas áreas: Educação, Saneamento e Cultura;
- Os Transportes e Comunicações foi a área com maior peso no conjunto da Função Económica, tendo sido gastos cerca de 2 milhões de euros.

Nos termos da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL) é apresentado o Balanço e a Demonstração de Resultados consolidado com a Palmela Desporto, EM, mesmo não sendo definido no POCAL os procedimentos e critérios de consolidação.

Assim, **propõe-se** que:

1. Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei 54–A/99, de 22 de Fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para “Resultados Transitados”.
2. Nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/02, de 11 de Janeiro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2007.»

Em seguida, transcreve-se a introdução à Prestação de Contas 2007 que faz parte integrante da mesma e que foi assinada pela Sr.ª Presidente da Câmara:

“A actividade desenvolvida no ano económico de 2007 decorreu sob um novo quadro legal, determinado pela nova Lei das Finanças Locais. Os recursos financeiros do Município registaram uma redução que obrigou a uma reprogramação de alguns investimentos e a um grande esforço, por parte dos serviços, no sentido de reapreciarem as acções já previstas. As Grandes Opções do Plano aprovadas foram, por isso, de grande contenção quanto a novos investimentos, mas garantiram, no essencial, os compromissos assumidos com a população relativamente a acções consideradas prioritárias. A taxa global de execução situou-se nos 71,3%.

A Educação continuou a ser um dos principais sectores de investimento do Município, com dois milhões de euros, dos quais mais de metade se destinaram a despesas com transportes escolares. A actividade traduziu-se, por um lado, na qualificação do parque

escolar, com destaque para o início da ampliação e remodelação da EB1/JI de Cajados e a elaboração dos projectos para a remodelação e ampliação da EB1/JI de Pinhal Novo n.º 2 e, por outro, no desenvolvimento de projectos sócio-educativos e à acção social escolar.

Consciente da importância da educação pré-escolar no processo educativo, a Câmara Municipal subscreveu o acordo de cooperação com a DREL e o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo para a expansão e desenvolvimento da rede, na componente educativa e de apoio à família. Estão em funcionamento 21 salas do pré-escolar e quatro pólos itinerantes, abrangendo mais de meio milhar de crianças.

Registamos ainda a abertura da Escola 2,3 de Poceirão / Marateca, que culminou uma longa luta da população e das autarquias. A Câmara Municipal assegurou a construção dos arruamentos e infraestruturas de acesso ao novo edifício.

Sendo uma actividade do domínio da Protecção Civil, é de sublinhar a conclusão de 27 planos de emergência destinados a igual número de escolas básicas do 1.º ciclo.

No plano da intervenção social, a Câmara manteve os apoios, parcerias e acções dirigidos a grupos mais vulneráveis da população, de forma a minimizar carências e a facilitar a sua integração na comunidade. Não podemos, no entanto, deixar de registar, com grande preocupação, um acréscimo da afluência aos serviços sociais face ao agravamento da situação económica e ao desemprego em agregados familiares do nosso concelho. Entre as situações que levam a este pedido de auxílio estão, sobretudo, as dificuldades no pagamento de despesas relacionadas com a habitação.

No domínio da Saúde, o início do projecto “A Saúde mais Perto”, em parceria com o Centro de Saúde de Palmela e as Associações de Bombeiros do Concelho veio também ao encontro das nossas preocupações sociais, contrariando a dificuldade de acesso aos cuidados de saúde e incentivando a prevenção. Os rastreios abrangeram 1.714 munícipes de 12 aglomerados habitacionais, em zonas rurais.

No plano das infraestruturas, a ampliação do sistema de saneamento e o reforço do abastecimento de água continuaram a ser concretizados, particularmente em aglomerados urbanos de zonas rurais. No domínio do sistema de abastecimento de água, foram concluídas a empreitada de abastecimento à Aldeia Nova da Aroeira e a ampliação das redes nas Ruas Custódio Cardoso e 25 de Abril, em Lagoa da Palha.

A rede viária conheceu também investimentos significativos, designadamente, a pavimentação da Rua José Guilherme Ariolas, em Cabanas, a conclusão da repavimentação e o alargamento do Caminho Municipal 1038, entre Águas de Moura e Fernando Pó, para além de um conjunto de trabalhos de menor dimensão mas que melhoraram as condições de circulação de pessoas e veículos. A título de exemplo, é de

registar a execução de calçadas nas bermas de diversas estradas, a iluminação de passadeiras ou a execução de passagens hidráulicas em diversos caminhos.

A qualificação do espaço público e de lazer, o reforço da segurança e circulação foram áreas onde aumentámos a eficácia da nossa intervenção. Para além da conclusão do sector nascente da Praça da Independência, em Pinhal Novo, e da requalificação do Largo Marquês de Pombal, em Palmela, foi reforçada a iluminação pública em várias localidades e reparados diversos espaços de jogo e recreio. Iniciou-se, com a apresentação e discussão pública, o projecto de requalificação dos Espaços Exteriores da Quinta da Cerca, Largo e Encosta de S. João, em Palmela. Os espaços verdes em zonas urbanas ultrapassam hoje os 400 mil metros quadrados.

A Câmara Municipal continua a ter um papel central na dinamização e promoção de actividades culturais diversificadas, que vão do Teatro à Música, à Dança, sempre com grande envolvimento do movimento associativo e o objectivo de proporcionar à população uma oferta variada e tão próxima quanto possível dos espaços onde vivem. O incentivo à criação artística e à interacção entre diferentes formas de expressão está expressa em muitos dos projectos que integram os programas municipais, mas também no Festival Internacional de Artes de Rua (FIAR) e no Festival Internacional de Gigantes (FIG), que atraíram, uma vez mais, milhares de pessoas às vilas de Palmela e Pinhal Novo.

No plano do desenvolvimento económico e apoio ao comércio local, e para além do apoio expressivo a iniciativas centrais de promoção dos produtos locais, como são a Festa das Vindimas, o Festival Queijo, Pão e Vinho e a Mostra de Vinhos de Fernando Pó (este ano, em simultâneo com a I Feira de Vinhos do Concelho de Palmela), a Câmara promoveu a edição do primeiro Guia do Comércio Local, coincidindo com a época de Natal. Foi ainda aprovada a construção do Mercado Municipal de Pinhal Novo e iniciados os trabalhos de demolição do antigo edifício.

O ano de 2007 foi particularmente exigente para a organização. Paralelamente à execução do Plano de Actividades, com uma grande contenção de recursos, os trabalhadores e dirigentes foram ainda chamados a participar no processo de discussão e construção da nova estrutura orgânica e na implementação do projecto de qualidade. As alterações aprovadas pela Câmara Municipal adaptaram melhor a nossa organização às necessidades, num quadro de contenção e partilha de recursos, reforçando a eficácia e a qualidade do serviço que prestamos.

Neste período, confrontámo-nos ainda com a aplicação do SIADAP, uma imposição do Governo, que tem sido um factor de preocupação, pela complexidade dos novos instrumentos de avaliação dos trabalhadores da Administração Pública. É, para nós,

fundamental que a definição (e cumprimento) dos objectivos se coadune com os objectivos do serviço público e com os compromissos assumidos com os munícipes.

E, nesse sentido, quero deixar uma palavra de reconhecimento ao conjunto dos nossos trabalhadores e dirigentes que, neste quadro difícil, mantiveram a capacidade de concretização dos objectivos que a Câmara definiu.”

Sobre a proposta de *Prestação de Contas 2007* numerada *1/DAF/07-2008* intervieram:

O **Sr. vereador José Braz Pinto** saúda a Sr.^a presidente, Srs. vereadores, técnicos da Autarquia, comunicação social e público em geral.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** começa por assinalar que foi convocada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal para discussão do documento de Prestação de Contas – 2007. A Ordem de Trabalhos desta reunião é composta por dois pontos e inicia-se mais cedo (às 15:00 horas) do que as reuniões habituais. Estes factos comprovam o cuidado que houve em não prejudicar a discussão relativa a este documento. Faz votos para que sejam tomadas as mesmas precauções quando for proposta à aprovação o Orçamento 2009 e GOP (Grandes Opções do Plano) 2009-2012.

Referindo-se à Prestação de Contas 2007, o **Sr. vereador José Braz Pinto** efectua a sua intervenção nos seguintes moldes:

- . Quando se iniciou o mandato autárquico, teve ocasião de apontar o que considerava serem as três principais carências na gestão da Câmara Municipal de Palmela: falta de rigor orçamental, falta de transparência e a falta de envolvimento das populações.
- . Reconheceu mais tarde, em finais de 2006, aquando da discussão do Orçamento cuja execução se está agora a discutir, que já tinha sido feito algo para aumentar o rigor e a transparência, mas advertiu que havia muito ainda por fazer nestes domínios.
- . Considerando que a transparência tem muito a ver com o reconhecimento dos falhanços na execução do previsto, oferece-se observar que no documento em apreço se aumentou a transparência.
- . Quando se assume que a eficácia, a eficiência e a produtividade são diminutas, se reconhece que o peso das despesas com pessoal tem vindo a aumentar, se afirma que o investimento municipal por habitante decresceu, se reconhece que a despesa total por habitante com a actividade directa municipal manifesta uma tendência para diminuir e como consequência a diminuição da despesa municipal, está a usar-se a transparência.
- . Quanto ao rigor não pode mencionar o mesmo. O rigor é tanto maior quanto a previsão se aproxima da execução, o que infelizmente ainda está longe de acontecer. Um “eterno”

exemplo é: na discussão do Orçamento 2007 advertiu para a dúvida que pendia sobre a previsão das horas extraordinárias que estava estimada em 682.420,00 €, e acabou por ser ultrapassada em cerca de 40.000,00 €.

. Preocupa-o, ainda, a verificação dos seguintes dados:

- A previsão de gastos com o pessoal em regime de tarefa tenha sido ultrapassada em aproximadamente 38.000,00 €;
- Os acidentes de serviço e doenças profissionais tenham ultrapassado 15.000,00 € em relação ao que estava estimado;
- Os encargos com instalações tenham ultrapassado 300.000,00 € em relação ao previsto;
- As comunicações tenham ultrapassado mais de € 40.000,00.

Todas estas constatações significam que houve falta de rigor nas previsões e na execução.

. A falta de rigor contradiz afirmações que foram efectuadas como se tratando de grandes opções políticas, que sendo meritórias na sua enumeração acabam por não merecer o gasto total das verbas dotadas.

. A introdução do documento de Prestação de Contas 2007 referencia quais as principais preocupações da Câmara. Exemplos:

- “(...) a educação continua a ser dos principais sectores de investimento do Município (...)”. Todavia gastou-se menos de 750.000,00 € do que o previsto. Foi praticamente um milhão de euros que não foi investido neste sector;
- “(...) as infra-estruturas, a ampliação do saneamento e reforço do abastecimento de água, como continuidade de concretização (...)”. Neste capítulo, despendeu-se menos de 600.000,00 € do que o previsto;
- Afirma-se que “(...) a rede viária reconheceu investimentos significativos (...)”. Na realidade gastaram-se menos 300.000,00 € do que o orçamentado;
- Refere-se que “(...) a qualificação do espaço público foi a área onde aumentámos a eficácia da intervenção (...)”. Contudo, gastaram-se menos 200.000,00 € do que o previsto na *Protecção do Meio Ambiente*;
- Referencia-se “(...) o papel central da Câmara na dinamização das actividades culturais (...)”, mas gastaram-se menos 300.000,00 € do que o previsto;

- Por último, destaca-se “(...) o apoio às actividades económicas (...)”, mas na rubrica de *Comércio e Turismo* despendeu-se menos 120.000,00 € do que o orçamentado.

. Poder-se-ia estimar que os cortes nas despesas se deviam a uma acção de poupança que a Câmara Municipal teria empregue. Mas na realidade estes cortes fizeram-se ao longo das sete alterações ao orçamento que foram acontecendo durante o ano e que, como já vem sendo habitual, tiveram como nota dominante, o corte no investimento e o aumento das despesas correntes. Conclusão: não houve nenhuma atitude de poupança. Deixou de se investir e, em contra-partida, aumentaram-se as despesas.

. Para finalizar a sua análise, verifica-se que ao longo do ano em apreço, previu a maioria deste Executivo (C.D.U.) os seguintes investimentos:

- No *Saneamento* – previu-se um investimento de 3,2 milhões de euros, que foram revistos durante as alterações para 2,4 milhões de euros e finalizaram em 2,2 milhões de euros;

- No *Abastecimento de água* – previu-se um investimento de 2,2 milhões de euros, que finalizaram em 1,6 milhões de euros;

- Na *Educação* – previu-se um investimento de 2,6 milhões de euros, que depois de revisto nas alterações orçamentais se estimou em 2,8 milhões de euros e acabou por ficar em 2,1 milhões de euros;

- Na *Cultura* – previram-se 2,6 milhões de euros, que por força das alterações realizadas passaram para 1,5 milhões de euros e no final ficaram em 1,2 milhões de euros;

- Nos *Transportes e Comunicações* – previram-se 1,9 milhões de euros, que ao longo do ano foram corrigidos para 2,2 milhões de euros e acabaram por ficar em 1,9 milhões de euros;

- Nos *Resíduos Sólidos* – previram-se 1,5 milhões de euros, que com as alterações passaram para 1,4 milhões de euros e acabaram em 1,3 milhões de euros.

. Poderia continuar a análise com enunciação de exemplos interessantes que reflectem as opções políticas da maioria que gere esta Câmara Municipal.

. Observa que nas *Despesas de Capital*, no que se refere a Arruamentos e Obras aumentou-se 528.000,00 € em relação ao previsto e, por coincidência, nos Esgotos reduziu-se a despesa em 524.000,00 €, o que significa que se investiu mais em vias de comunicação em detrimento dos esgotos. Este facto justifica que as limpezas de fossas

tivessem duplicado em três anos, e conseqüentemente os munícipes têm de arcar com os respectivos encargos.

. Quanto às opções políticas da C.D.U. neste Executivo poderia repetir afirmações já feitas aquando da discussão da proposta de Orçamento 2007 e GOP. A análise do realizado em relação ao prometido, como já afirmou anteriormente: o prometido não tinha rasgo político e, agora verifica-se que, essa tendência não se alterou.

. O envolvimento das populações tem muito a ver com a forma como estas se revêem na gestão da causa pública que consideram, e será bom que continuem a considerar, como sua. E questiona:

- Como poderão os munícipes acreditar que as suas ambições têm peso, quando se realizam reuniões de “*Orçamentos Participativos*” que não reflectem quase em nada a vontade dos munícipes envolvidos na discussão.

- Como poderão os munícipes acreditar em Orçamentos que com sucessivas alterações acabam em Prestações de Contas que se desviam consideravelmente das previsões iniciais.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** conclui a sua intervenção do seguinte modo:

. Tal como no início do mandato, os Vereadores Socialistas entendem que, o rigor na execução do Orçamento obedece a um exigente trabalho de análise e planeamento e atento a todos os vectores que o podem subverter.

. Entendem, igualmente, que a transparência exige que os factos e os resultados sejam do conhecimento público sem subterfúgios e branqueamentos. Não adianta realizar grandes debates e encontros sobre “*Orçamentos Participativos*”, na medida em que os munícipes só se envolverão de corpo inteiro com as Autarquias, desde que a gestão do Executivo da Câmara Municipal consiga cumprir com parâmetros rigorosos e transparentes no que se refere às previsões e execuções que efectua. Só cumpridos estes pressupostos poder-se-ão vir a ter reuniões de “*Orçamentos Participativos*” realmente participadas.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** afirma que a sua intervenção espelha a opinião dos Vereadores do P.S..

O **Sr. vereador Octávio Machado** cumprimenta a Sr.^a presidente, vereadores, técnicos da Autarquia e munícipes presentes.

O **Sr. vereador Octávio Machado** menciona que votou favoravelmente a Prestação de Contas relativa a 2006, por considerar que o relatório apresentado era transparente, tal como este (Prestação de Contas 2007), e já indicava que seria necessária a utilização de maior eficácia, eficiência e produtividade. Este ano voltam-se a apresentar os mesmos

pressupostos, mas como não foram atingidos, ir-se-á abster na votação da presente proposta.

A análise à Prestação de Contas 2007 merece ao **Sr. vereador Octávio Machado** as seguintes considerações:

. A alteração à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Palmela ainda não atingiu os objectivos desejados.

. Notam-se alguns desvios em relação ao que foi previsto e do que veio realmente a ser executado, principalmente no que se relaciona com a qualidade de vida das pessoas, como sejam, o investimento no *Abastecimento de água*, no *Saneamento* e na *Educação*. Ainda que possa compreender que não é fácil gerir, considera que as componentes que antes enunciou, fazem parte integrantes do que se pretende para a qualidade de vida das pessoas e da preparação dos jovens deste concelho para o futuro. Naturalmente que poderão ser aduzidas uma série de razões para os desvios das verbas, mas é preciso evitar ao máximo que tal aconteça. A Prestação de Contas ora apresentada é a tradução do que as sucessivas alterações orçamentais ao longo do ano já indiciavam: um aumento das despesas de funcionamento em detrimento das despesas de investimento.

. Faz votos para que a próxima Prestação de Contas (relativa a 2008) possa traduzir uma aproximação mais correcta e real do que são os anseios das pessoas, tendo em conta a procura (que deve sempre existir) em termos de produtividade e maior eficácia no que se refere à prestação de serviços às populações.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** cumprimenta a Sr.^a presidente, vereadores, técnicos do Município, jornalistas e público em geral.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** começa por referir que o Sr. Vereador José Braz Pinto já apresentou de forma genérica, mas muito mais sintética do que é habitual, a análise dos Vereadores do P.S. relativamente à Prestação de Contas.

Acrescenta que vai tecer, em representação dos Vereadores Socialistas, alguns comentários, vincando alguns pontos que lhes parecem fundamentais, sendo que vai fazer incidir a sua intervenção sobre a introdução à Prestação de Contas. Nestes termos:

. Pretende fazer a seguinte correcção:

- Em relação ao Mercado Municipal de Pinhal Novo menciona-se que “(...) *foi ainda aprovada a construção do Mercado Municipal de Pinhal Novo, iniciados os trabalhos de demolição do antigo edifício (...)*”, isto em 2007, quando, efectivamente, só em 23 de Janeiro de 2008 foram criadas as estruturas à volta do edifício do mercado para que o mesmo pudesse ser demolido. Julga que não terá havido nenhuma

intervenção dentro do mercado antes da área ter sido circunscrita para a obra, pelo que esta afirmação carecerá de alguma objectividade.

. No penúltimo parágrafo da introdução, a Sr.^a Presidente refere-se ao SIADAP (Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública), menciona que sendo funcionário público já esteve no papel de avaliador e de avaliado. Não considera que o SIADAP possa ser visto como um factor de preocupação (como a Sr.^a Presidente o exprime). Parece-lhe que o SIADAP deve ser visto como um factor de exigência e de melhoria da qualidade dos serviços que a Autarquia presta. Deve ser, também, um factor de comparação entre departamentos e funcionários, e devem-se evidenciar aqueles que são efectivamente bons funcionários, porque há bons funcionários, há muito bons funcionários e há os que acabam por não cumprir tão bem a sua tarefa. O SIADAP não deve ser entendido como “(...) *um factor de preocupação pela complexidade dos novos instrumentos de avaliação dos trabalhadores da Administração Pública (...)*” como vem plasmado na introdução. O novo Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública deverá ser visto na perspectiva de factores como o progresso e a evolução.

. Não se vai reportar ao *Saneamento*, ao *Abastecimento de Água*, aos *Resíduos Sólidos*, à *Cultura*, ao *Lazer*, ao *Desporto*, aos *Transportes* e às *Comunicações*.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** continua a sua intervenção do seguinte modo:

. Primeiramente nas GOP estavam projectados 19 milhões de euros para investimento. O valor foi alterado aquando da revisão orçamental para 21,6 milhões de euros, e por força de uma alteração orçamental efectuada em Outubro. Verifica-se, contudo, que foram concretizados somente 18,4 milhões de euros. Este dado está abaixo do que as GOP previam. A sua grande dúvida reside numa afirmação contida na proposta de que “(...) *relativamente ao previsto não se executaram 2,1 milhões de euros provenientes da contratação de um empréstimo aprovado para financiamento de investimentos municipais (...)*”. Pergunta porque razão não se cumpriu o total do investimento que estava previsto fazer, quando é a própria Sr.^a Presidente da Câmara que, em Dezembro de 2006 menciona, aquando da apresentação das GOP para 2007, que “(...) *o Município recorrerá neste período a financiamento bancário a utilizar nos anos de 2007 a 2008 (...)*”? Na realidade este objectivo acabou por não se concretizar. Procurou muitas explicações para o facto, mas não encontrou resposta. Gostaria de ouvir a explicação para este facto. A ter sido concretizado este objectivo, poder-se-ia afirmar em abono da verdade, que ao nível das receitas, a Câmara Municipal de Palmela (C.M.P.) realizaria um Orçamento e GOP muito próximas do documento que inicialmente foi projectado pela maioria que gere esta Câmara Municipal.

. Previu-se investir na *Educação* o montante de 2,6 milhões de euros. Esta verba veio a ser alterada para 2,8 milhões de euros, mas que afinal ficou por se situar em 2,1 milhões de euros. Reporta-se à acta de 28 de Março de 2007, quando relativamente à Prestação de Contas 2006, os Vereadores Socialistas observaram que, em matéria de Educação a C.M.P. tinha projectado as Escolas de EB1/JI de Pinhal Novo 1 e 2, Escola EB1 de Cajados, Escola EB1 de Brejos do Assa, Escola EB1 de Lagameças, Escola EB1 de Palmela 2, sendo que destas seis acções, só uma é que foi realizada. Passado um ano, verifica-se que: a Escola EB1 Pinhal Novo n.º 2 está em fase de projecto, a Escola EB1 de Cajados está a avançar, a Escola EB1 de Brejos do Assa tem o projecto concluído, as Escolas EB1 de Lagameças e de Palmela n.º 2 continuam exactamente na mesma. Refira-se que são projectos que datam de 2005, percorreram os anos lectivos de 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, e não mereceram nenhuma atenção por parte da Autarquia. Há claramente uma inflexão do que são os objectivos que têm pautado este executivo.

. A Prestação de Contas de 2007 é ligeiramente maior do que a Prestação de Contas referente a 2006, são mais 11 páginas, num total de 364 páginas. O volume deste documento origina alguma dificuldade na leitura, ainda para mais os Vereadores do P.S. são dois vereadores sem pelouros, sem tempo atribuído, e que são coadjuvados por uma administrativa. Na verdade vêm-se com alguma dificuldade em conseguir analisar todos os aspectos. Acresce a esta dificuldade que o documento em apreciação é elaborado por um grupo de trabalhadores da Câmara Municipal que o faz de uma forma muito dedicada, transparente e plausível. Tem a salientar que não conseguiram encontrar grandes défices ao nível da apresentação da Prestação de Contas e do que é executado.

. Refere que o Sr. Vereador José Braz Pinto referenciou que tinha faltado ambição e rasgo ao Orçamento. Esta falta de ambição pode-se constatar pelo Orçamento que depois vem consubstanciado na Prestação de Contas e é concretizada pela apresentação de taxas de execução superiores às requisitadas nos últimos anos. Observa que a legislação permite a efectivação de alterações e revisões orçamentais ao longo do ano. Reconhece a legalidade destes instrumentos de trabalho. Contudo, em 05 de Dezembro, praticamente no final do ano recorreu-se a mais uma alteração orçamental. O rasgo surgiu durante o ano de 2007. Houve pensamento, reflexão e conclusão. A primeira grande conclusão que é feita pela Câmara Municipal é a contracção do empréstimo de 6 milhões e 55 mil euros, só que, entretanto vai-se de férias e surge um outro pensamento, e mais outro rasgo: um novo pedido de empréstimo de mais 8 milhões de euros. São mais de 14 milhões de euros que a C.M.P. se propõe contrair. A proposta presente à Câmara Municipal refere-se ao “resultado do aumento das taxas de juro”. Pretende ser esclarecido quanto ao seguinte: qual foi a verba despendida com os juros bancários dos 2,1 milhões de euros provenientes de um dos empréstimos, devidamente considerados em Orçamento e que

não foram utilizados. Ou será que o dinheiro não chegou a dar entrada nos cofres da Câmara Municipal e o custo relativo a juros bancários foi zero. Pretende ser esclarecido quanto a esta questão concreta.

. Afirma que os Vereadores Socialistas tinham razão em ter duvidado que a receita atingisse os valores projectados, e estes valores só não foram atingidos, porque os 2,1 milhões de euros acabaram por não ser materializados.

. Enumera dois aspectos que vêm contribuir com uma nota negativa para esta Prestação de Contas, são eles: a quantidade de horas extraordinárias efectuadas e o número de avenças. A Câmara Municipal detinha seis contratos de avenças em 2005, e em 2006 passou para 13, sendo que em 2007 o número de avenças passou para 34. Pergunta: porquê e para assegurar que tipo de serviço foram necessários estes contratos de avenças.

. Teve ocasião de ler paulatinamente as 8 ou 9 páginas do documento em apreço e que se referem aos contratos de arrendamento que a Câmara Municipal de Palmela tem celebrado com proprietários de vários imóveis. Este capítulo oferece-lhe os seguintes comentários:

- A Câmara Municipal despendeu, em 2006, mais de 500.000,00 euros, e em 2007, esse valor aumentou para mais de 800.000,00 euros.

- Não lhe parece de maneira nenhuma lógico que esta Autarquia tenha de pagar por imóveis alugados em Palmela o valor de 3.586,00 euros / mês, que somam 43.596,00 euros / ano. Estes imóveis estão alugados há 9 anos e já custaram a este Município mais de 400.000,00 euros.

- A C.M.P. não efectua projecções em relação ao que são as necessidades para ter em funcionamento os seus serviços. Os pagamentos da renda por estes imóveis (exemplos antes mencionados) significam que a Câmara Municipal já pagou o valor correspondente ao que seria se os tivesse adquirido.

. A falta de objectividade por parte desta Autarquia é ainda visível no seguinte:

- Possuindo a estrutura orgânica da C.M.P. uma Divisão de Desporto a funcionar e existindo a Empresa Municipal - Palmela Desporto -, como é que se vai contratar sete técnicos em regime de prestação de serviços à Palmela Desporto para que prestem serviço em determinadas áreas, quando existem estes dois recursos dentro do próprio espaço da Câmara Municipal.

- Será que não existe nos Recursos Humanos desta Autarquia uma pessoa capacitada para elaborar os relatórios de acidentes de trabalho? Pela leitura da

Prestação de Contas, constata-se que se recorreu ao exterior para realização deste serviço.

- Há ainda lugar ao pagamento na projecção e serviço auxiliar administrativo no Cine Teatro São João. Não entende a razão desta necessidade.

Em relação a estes exemplos haverá, provavelmente, justificações muito plausíveis e simples, mas considera dever expressar que nutre alguma dificuldade em entender estas questões.

. O ano em apreciação (2007) foi aquele em que existiu o menor investimento municipal. Tendo como rácio o investimento municipal versus população, verifica-se que diminui a despesa por actividade.

. O custo médio de um trabalhador da Autarquia (e efectuou o cálculo por 14 meses) cifrou-se em 1.236,00 euros. A Prestação de Contas, na sua página 258, menciona que “(...) o custo médio de cada trabalhador municipal foi, em 2007, de 17.307,00 euros, superior ao registado em anos anteriores, por motivos da reorganização da estrutura orgânica (...)”. Fez os cálculos considerando o subsídio de Natal e o subsídio de Férias, o que reverte num vencimento médio de 1.236,00 euros / trabalhador. A confiar nos valores que são apresentados e olhando para a quantidade de operários e serventes que a Autarquia possui, e de muitos administrativos que receberão cerca de 600,00 euros por mês portanto, atinge-se este valor médio. Preocupa-o que os valores tenham aumentado por motivos da reorganização da estrutura orgânica.

. A leitura da Prestação de Contas permite, também, concluir que:

- A *Produtividade* diminui;

- As *Despesas com Pessoal* aumentam.

. Considera que a Prestação de Contas 2007 omite alguns dados importantes. Quando se faz referência à *Produtividade* e à *Eficácia*, onde estão os dados em relação ao Absentismo? A leitura da acta do ano anterior, permite observar que uma das questões suscitadas se relacionou com o *Absentismo*, e o Sr. Vereador Adilo Costa justificou que “houve um elevado número de trabalhadoras a dar à luz”. Na realidade faz falta gente nova. Considera estranho que na Prestação de Contas 2007 não se apresente nenhum quadro relativo ao *Absentismo*. Apresenta-se unicamente o quadro dos acidentes que diminuírem de 41 para 39, comparativamente com o ano anterior, mas que, ainda assim, são números preocupantes, na medida em que duplicaram de 20, em 2005, para 41 em 2006.

. O capítulo da *Receita* oferece-lhe as seguintes considerações:

- Os Vereadores Socialistas já se tinham pronunciado em Dezembro de 2006, que a Autarquia iria conseguir um acréscimo das receitas provenientes do I.M.I., ao que o Sr. Vereador Adilo Costa respondeu que seria muito difícil fazer tal previsão. Os Vereadores do P.S. sempre consideraram que tal antevisão não seria tão difícil assim, atendendo-se ao número de novas construções que foram acontecendo no concelho nos últimos anos, e em face do período a que os compradores estão abrangidos pela isenção do imóvel que adquiriram.

- Verifica-se que o I.M.I. (Imposto Municipal sobre Imóveis) cresceu 120,4% e o I.M.T. (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) cresceu 135,4%. Estes impostos directos equivalem a 47% da receita.

. O capítulo da *Despesa* oferece-lhe os seguintes comentários:

- As despesas correntes registam os seguintes valores percentuais:

. Em 2005 – 71,2%;

. Em 2006 – 81,7%;

. Em 2007 – 83,0%.

Verifica-se um aumento nas despesas correntes relativamente aos anos anteriores.

- As despesas afectam directamente às GOP registam os seguintes valores percentuais:

. Em 2005 – 54,0%;

. Em 2006 – 47,6%;

. Em 2007 – 45,9%.

Verifica-se um ciclo descendente, que está em crer vai ser invertido neste ano de 2008, atendendo às disponibilidades financeiras fruto dos empréstimos que a Câmara Municipal se propôs contrair.

No relatório apresentado refere-se, também, que tem diminuído sistematicamente o investimento por habitante.

- Há um aumento do trabalho extraordinário, assim como o pagamento do trabalho efectuado em dias de descanso semanal. Contudo, a despesa aumenta única e exclusivamente 0,4%. Saíram 22 trabalhadores em 2007, sendo que metade deles pensa terem saída por aposentação.

- Os encargos decorrentes da dívida apresentam um aumento significativo de 6,3%.
A este propósito colocou a questão: de quanto custava à Câmara Municipal os 2,1 milhões de euros provenientes do empréstimo e que não foram utilizados.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** finaliza do seguinte modo:

. Parece estar-se em face de alguma inconsistência em relação ao que foram os propósitos iniciais. Os Vereadores Socialistas tiveram ocasião de expressar, aquando da discussão do Orçamento e GOP para 2007, que se estava em presença de um documento avulso, ocasional e inconsistente e a Prestação de Contas é reflexo disso mesmo.

. Vê-se obrigado a concordar que as taxas de concretização são acima do que é costume, mas entendem os Vereadores Socialistas que sendo as taxas de execução positivas, o concelho de Palmela pouco lucrou com o facto.

. Esta Prestação de Contas é o reflexo de um Orçamento que já parecia “frouxo” aos olhos dos Vereadores do P.S. e reflecte o fim de um ciclo. O ciclo seguinte será um ciclo de crescimento fruto dos empréstimos e, conseqüentemente, crescerá significativamente o serviço da dívida. Sendo a maioria deste Executivo (C.D.U.) responsável pela gestão da Câmara Municipal com certeza terão conhecimento desta realidade.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** saúda a Sr.ª presidente, vereadores, técnicos da Autarquia, jornalistas e público em geral.

Tendo em vista responder a algumas das questões colocadas pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa, a **Sr.ª vereadora Adília Candeias** adianta as seguintes explicações:

. O balanço social não vem reflectido na Prestação de Contas, uma vez que os resultados não chegaram a tempo de serem incluídos. Em relação ao *Absentismo* menciona que:

- A taxa de *Absentismo* foi, em 2006, de 7,37%, contra os 7,04% registados em 2007. Há uma tendência para a diminuição do absentismo, o que de alguma forma é favorável. Os dados vêm expressos em número de horas e serão facultados aos Srs. Vereadores.

- As faltas dos trabalhadores têm a ver com um conjunto vasto de factores. Acrescenta que está em desenvolvimento na área da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, um trabalho profundo de sensibilização para o uso de equipamentos de protecção. Vai igualmente entrar em vigor um novo Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho. Estas duas situações fazem ter a esperança que possam ser reduzidas o número de faltas por acidentes no trabalho. Esta é uma questão que preocupa a maioria C.D.U., responsável pela gestão desta Autarquia. A Câmara Municipal está a actuar de acordo com a legislação e com as suas possibilidades.

- Este ano registou-se um número de horas por greve muito superior ao dos anos anteriores. Este dado não pode contudo ser imputado a culpa da Câmara Municipal. Os trabalhadores têm direito à greve.

. Relativamente à área da *Educação* afirma o seguinte:

- Havia algumas obras que estavam previstas em plano de actividades, mas tendo em consideração que, de entre os vários cenários que a Carta Educativa aponta existem diferentes hipóteses de trabalho, optou-se pela realização de pequenas obras em algumas escolas.

- Assegura que a Escola EB1 de Lagameças não está na mesma, como o Sr. vereador José Carlos de Sousa referiu. Foi efectuada uma intervenção na Escola nomeadamente colocação de portas novas, paredes rebocadas, chão novo, pinturas novas, drenagem do logradouro da escola, plantas novas. Não foi efectuada a ampliação da Escola, de acordo com o cenário da Carta Educativa.

- Foram igualmente, feitas melhorias nas Escolas EB1 de Águas de Moura n.º 1 e Lagoa da Palha. Há muitas mais pequenas obras que foram realizadas em outras Escolas do concelho.

- Sobre as grandes obras no âmbito da *Educação*, a Câmara Municipal teve em atenção dois aspectos: as indicações contidas na Carta Educativa e a política do Ministério da Educação. Os equipamentos têm de ir ao encontro dessa política. Houve um atraso relacionado com o projecto da Escola EB/JI de Pinhal Novo 2. Para ser mais precisa: houve um atraso na Salgueiro Maia, devido a uma situação imprevista e acabou por ser decidido não realizar algumas das obras que estavam previstas em Escolas. Em contrapartida avançou-se com uma proposta que já está adiantada: o projecto e, eventualmente, a execução da Escola de Poceirão.

- Era imprevisível que a Escola EB1 do Bairro Alentejano tivesse um aumento do número de alunos nos termos que veio a registar. Esta mudança deve-se à alteração das matrículas.

- Não se podia prever igualmente que a Escola EB 1 de Aires viesse a ter um número de alunos tão significativo.

- Recorda que, quando foi construída a Escola EB1 de Quinta do Anjo, o pessoal da área da Educação mostrou-se preocupado com a quantidade de salas vazias. A Câmara Municipal respondeu que se iriam encontrar formas de ocupar as salas, mas nem foi preciso encontrar formas criativas para ocupação das mesmas, porque os pais das crianças de Azeitão e de outros locais inscreveram os seus filhos em Escolas do concelho e vieram ocupar os jardins-de-infância e o 1.º Ciclo.

- Não se previa que as Escolas antes identificadas fossem ficar sobrelotadas como ficaram. Estes factos levaram a Câmara Municipal a concluir pela continuação da Escola Salgueiro Maia, assim como construir uma nova Escola com 21 salas no Pinhal Novo, de modo a dar uma resposta rápida ao número de crianças com residência em Pinhal Novo.
 - Houve opções que tiveram de ser tomadas, tendo em conta determinadas realidades, como sejam, as escolas a tempo inteiro e o prolongamento do horário em algumas escolas. Dá como exemplo, o caso concreto da Escola EB1 do Bairro Alentejano.
- . Num breve parêntese, a **Sr.ª vereadora Adília Candeias** menciona que a C.D.U. considerou não dever contemplar no programa eleitoral apresentado ao eleitorado, e referente às eleições para as Autarquias Locais, uma nova escola em Pinhal Novo, por julgarem não haver capacidade para esse investimento. Mas em face da crescente procura e a possibilidade, também, de recurso ao Q.R.E.N. (Quadro de Referência Estratégico Nacional), incluíram-se as novas escolas. A Câmara Municipal efectuou um trabalho extraordinário para ter, neste momento, seis projectos de escolas possíveis de obter financiamento no âmbito do Q.R.E.N..
- . Em relação ao pessoal em regime de avença, explica que:
- Atendendo a que são mais de trinta as escolas que possuem refeitório a funcionar, e se a Autarquia vier a ficar com a responsabilidade pelas escolas de 2.º e 3.º ciclos acrescerá o número de refeitórios, também é necessário ter pessoal para servir os almoços, lavar a loiça, efectuar a limpeza e a higiene dos refeitórios. Neste momento, são cerca de 60 pessoas a assegurar estas tarefas, entre auxiliares de acção educativa em coordenação com o pessoal docente e as demais funcionárias das escolas não docentes. Muitas destas pessoas encontram-se em regime de tarefa.
- . O tema da Palmela Desporto, Empresa Municipal, merece-lhe as seguintes considerações:
- Houve necessidade de celebrar alguns contratos de avença com a Palmela Desporto, E.M., devido ao facto de ter os prolongamentos de horário nos jardins-de-infância. Embora a Autarquia possua uma Divisão de Desporto, não havia capacidade para no decurso do ano dar uma resposta cabal. A perspectiva para o futuro é a de ter em todos os Jardins-de-infância a funcionar os prolongamentos de horário, desde que os pais o queiram. Naturalmente, ter-se-á de despende mais dinheiro com pessoal, no caso concreto com os jardins-de-infância. Existe a

expectativa de que com a criação de uma escola mais concentrada em Pinhal Novo e principalmente com a Escola do Poceirão poder vir a diminuir algumas despesas de funcionamento porque, neste momento, são seis ou sete escolas que possuem um determinado número de funcionárias a dar a refeição ao mesmo tempo, enquanto que a criação de uma escola mais concentrada permitirá uma gestão de pessoal em moldes diferentes.

O **Sr. vereador Adilo Costa** cumprimenta a Sr.^a presidente, vereadores, técnicos, jornalistas e munícipes.

O **Sr. vereador Adilo Costa** começa por agradecer o reconhecimento feito pelos Srs. vereadores de que o documento de Prestação de Contas prima pelo rigor e pela transparência. Os rácios apresentados são indicadores disso mesmo e indicam, também, que não há falta de participação da população.

. O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que a análise à Prestação de Contas permite-lhe concluir que:

- Os rácios orçamentais de natureza económica e as despesas afectas à aquisição de bens e serviços têm vindo a diminuir.
- Os encargos financeiros nas despesas correntes têm-se mantido constantes;
- Em 2007 inverteu-se a tendência de quebra verificada em 2006, em relação ao peso do investimento total nas despesas de capital;
- As despesas com pessoal apresentam uma diminuição do seu peso em 2007 no conjunto das receitas correntes, o que é importante considerar;
- A cobertura das despesas por parte dos fundos provenientes do Orçamento de Estado diminuiu, portanto, a dependência em relação ao Orçamento de Estado decresceu;
- O serviço da dívida mantém-se estabilizado no ano em análise (em 2007), e o saldo corrente atinge o maior valor do período considerado em relação aos últimos anos;
- As despesas de capital têm sido financiadas por receitas correntes;
- Quanto aos meios humanos que a Câmara Municipal de Palmela dispõe, é importante observar que:
 - . Em 2005 – cada trabalhador municipal servia 52,3 habitantes deste concelho;
 - . Em 2007 – cada trabalhador municipal servia 60,1 habitantes deste concelho.

- É necessário atender, ainda, que diminuem as despesas com pessoal se comparadas com a estimativa apresentada pelo I.N.E. (Instituto Nacional de Estatística) da população.
- Os impostos directos cobrados por município diminuíram;
- A receita apresenta a maior taxa de execução verificada nos últimos tempos.
- A despesa apresenta a maior taxa de execução desde o ano de 2000.

Relativamente ao investimento, o **Sr. vereador Adilo Costa** refere que já foi falado em anteriores ocasiões que no ano de 2005 houve um avultado investimento realizado pela Câmara Municipal, que decresceu em 2006. Em 2007, há novamente um aumento, que se irá repercutir necessariamente no ano em curso, até por força da execução dos empréstimos que este Municípios se propôs contrair.

O **Sr. vereador Adilo Costa** acrescenta que o I.M.I. (Imposto Municipal sobre Imóveis) regista um aumento de 1,3 milhões de euros. A questão do I.M.I. oferece-lhe as seguintes considerações:

- Em resposta ao Sr. vereador José Carlos de Sousa diz que já numa anterior reunião de Câmara teve oportunidade de mencionar que a Câmara Municipal iria monitorizar esse aumento. O valor liquidado, aquele que é considerado cobrável, foi de 7,4 milhões de euros, representando um aumento de 1,6 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Verificou-se que entre 27% a 28% dos habitantes do concelho de Palmela continuaram a não pagar o I.M.I. e estão em falta perante a Fazenda Nacional. O acréscimo verificado é devido à recuperação do I.M.I. atrasado.
- O **Sr. vereador Adilo Costa** continua a sua intervenção:

. Uma questão bastante importante é a redução da Derrama sobre o I.R.C. (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas) que significa menores lucros declarados por parte das empresas, devido à crise que é de todos conhecida.

. A Câmara Municipal tem investido na execução de obras de infra-estruturas. São obras que, embora não sendo inauguradas por ninguém e não estando à vista, representam uma opção desta Autarquia. Enumera algumas: as intervenções na Rua José Guilherme Ariolas; na Quinta das Flores; nos acessos à Escola 2 + 3 do Poceirão; no abastecimento de água à Aldeia Nova da Aroeira e no reforço do abastecimento de água a Palmela.

. No que se refere às instalações municipais, considera ser de sublinhar o enorme esforço feito pela Autarquia, durante este ano. Neste ano houve necessidade de remodelar várias instalações municipais, das quais destaca as instalações para a Assembleia Municipal, os balneários nos Armazéns Gerais, o serviço de Higiene e Limpeza situado em Palmela, o

Gabinete do Centro Histórico, a Divisão de Administração Urbanística, a Divisão de Fiscalização. E está em fase de finalização as obras de remodelação para a instalação dos espaços de Atendimento em Palmela e Pinhal Novo. Estas acções exigem uma engenharia financeira.

. É preciso ter coragem para executar obras de infra-estruturas que são importantíssimas para a população, mas que não estão à vista, assim como é preciso ter coragem para alojar melhor e em condições os trabalhadores desta Autarquia, porque só assim é possível chegar a uma maior produtividade, e cumprir com parâmetros de eficácia e eficiência.

. Relativamente aos empréstimos contraídos neste mandato tem a esclarecer que, não houve lugar ao pagamento de qualquer valor relacionado com juros. Decidiu-se que, em relação à execução das infra-estruturas dos acessos à Escola 2 + 3 do Poceirão e à obra da Escola de Cajados, e apesar de já existir facturação, não valeria a pena apresentar estes comprovativos ao Banco em 2007. Esta opção foi tomada deliberadamente por uma questão de engenharia financeira.

. Em relação à obra do Mercado de Pinhal Novo, presta o seguinte esclarecimento:

- Para poder dar início à execução desta empreitada, a Câmara Municipal teve de respeitar o que decorre da lei e submeter o plano de segurança a parecer da Inspeção-Geral do Trabalho. A preparação deste trabalho foi efectuada no final de 2007 e agora a obra está em execução.

. Em relação aos contratos em regime de avença verifica-se que:

- As avenças baixaram 8,77% em relação ao ano anterior.

. Somavam um custo de 627.648,00 € em 2006 e passaram para 572.632,00 € em 2007.

O **Sr. vereador Adilo Costa** termina a sua intervenção com a apresentação de dados objectivos em relação a:

. Em Comunicações – a despesa foi reduzida em 12,3%;

. Em Consumíveis – a despesa foi reduzida em 17,9%;

. Em Seguros – a despesa foi reduzida em 18,2%.

A **Sr.ª presidente** refere que tem a acrescentar alguns aspectos que lhe parecem essenciais:

. Quando se menciona, como o Sr. vereador José Carlos de Sousa o fez, que a produtividade apresentada pela Câmara Municipal é menor que nos anos anteriores, é

necessário analisar se o rácio meramente financeiro dá uma dimensão total dessa produtividade. É necessário igualmente ter em consideração que a população, de acordo com os números do INE, aumentou consideravelmente, situando-se neste momento em cerca de 60.000 habitantes. Este facto tem como consequência alterar os números e indicadores referidos pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa.

. Sublinha um outro ponto que foi referido pelo Sr. vereador Adilo Costa, mas que o Sr. vereador José Carlos de Sousa passou em claro. É o seguinte: exactamente nas mesmas páginas da Prestação de Contas onde se abordam os rácios da eficácia e da eficiência, ou melhor, onde se faz a análise dos elementos de natureza financeira, foca-se um aspecto muito concreto sobre o qual, e muito frequentemente, os Srs. vereadores da oposição criticam a maioria que gere a Câmara Municipal e se refere ao valor dos impostos cobrados por munícipe. A Prestação de Contas em apreciação, permite concluir que não é verdade quando se menciona que o Município de Palmela cobra os impostos mais altos, assim como não é verdade quando se menciona que esta Câmara Municipal podia baixar os impostos, porque o resultado aponta para uma quebra evidente da média dos impostos cobrados por munícipe. Da mesma maneira o indicador do valor global da receita com o número de habitantes, é igualmente mais inferior aos anteriores. Estes dados são demonstrativos da realidade desta Autarquia. Não se podem usar os dados só para sublinhar que “os trabalhadores são pouco produtivos” o que até nem é verdade, porque ao usar-se com rigor o número de habitantes existentes, atinge-se uma média que é demonstrativa de que à data são menos os trabalhadores na Câmara Municipal para um maior número de habitantes no concelho. Esta realidade é incontornável.

A **Sr.ª presidente** afirma que vai abordar algumas questões relacionadas com uma análise mais política e menos financeira. E adianta que:

. Foi claramente uma opção da maioria deste Executivo introduzir, nos dois primeiros anos do mandato autárquico em curso, melhorias na reorganização dos serviços e realizar um maior investimento nas condições de funcionamento dos serviços, dos seus trabalhadores e, claramente, na Câmara Municipal. É natural que estas acções ocasionem aumentos nas despesas que, de qualquer modo, teriam de acontecer.

. Como consequência da implementação da nova estrutura orgânica ocorreram, naturalmente, mudanças. Apesar de ser uma estrutura mais pequena do ponto de vista do conjunto das unidades orgânicas que existem actualmente, comparativamente com a que vigorava, existe em contra-partida uma estrutura completamente preenchida, dotada dos lugares de direcção (o que levará a curto e médio prazo a um muito melhor desempenho e a um ganho na produtividade). O ano de 2007 obedece à nomeação das pessoas para cargos de Direcção e respeita o ajustamento a essa mesma estrutura.

. Quando se quer dotar uma organização de maior capacidade de intervenção, justamente com o objectivo de a tornar mais eficiente e mais eficaz, a alternativa terá de ser o investimento nos recursos e são eles: os recursos humanos e os recursos físicos e materiais. É natural que tais medidas passem por um maior consumo de recursos do ponto de vista do desempenho interno, mas esta foi uma opção. Evidentemente que os Srs. vereadores podem criticar as opções assumidas, mas a maioria C.D.U. responsável pela gestão na Câmara Municipal de Palmela considerou que seria indispensável investir na melhoria do desempenho, e para isso, teve de investir na reestruturação interna, nas instalações e no projecto da qualidade. O Sr. vereador Adilo Costa deu alguns exemplos de intervenções feitas nos serviços que são significativas. Evidentemente que não está tudo feito e tomara que esta Prestação de Contas pudesse ter revelado um maior investimento em melhorias internas.

. Sublinha que a gestão da C.D.U. assumiu para o mandato em curso: o projecto de qualidade e a revisão da estrutura orgânica. E sempre foi assumido que continuaria a ser uma prioridade o investimento na *Educação*, independentemente de não se terem concretizado ainda as escolas que a Sr.ª vereadora Adília Candeias já referenciou. Ressalva que para poder concretizar obras, quer no âmbito da educação, quer em outro âmbito, é preciso investir na elaboração dos projectos. Sucede, porém, que os projectos não estão à vista, enquanto que as obras são visíveis. Na próxima Prestação de Contas (2008) constarão obras que serão o resultado dum trabalho e dum investimento feito em projectos, durante os primeiros anos do presente mandato. Se se observar o ciclo do anterior mandato autárquico esta realidade não está muito distante. A capacidade para execução de obras no final dos mandatos, corresponde a um esforço na elaboração de projectos nos primeiros anos do mandato, que vão viabilizar a concretização de obras mais tarde. Este é o ciclo normal da vida.

. Opina que irão continuar “eternamente” a discussão sobre a relação entre as *Despesas correntes* e as *Despesas de capital*, a não ser que alguém tenha o rasgo político de mudar a estrutura do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais). Até tal acontecer não haverá outra solução. No cumprimento pela legislação, a Autarquia está obrigada a reflectir em *Despesas correntes* as despesas relacionadas com os transportes escolares dos alunos, as refeições dos alunos, os prolongamentos de horários, os pagamentos à AMARSUL e à SIMARSUL e enquanto se continuar a fazer reflectir este tipo de despesas nesta rubrica o peso das *Despesas correntes* soma valores avultados. E proporcionalmente os montantes tenderão a crescer, na medida em que as Autarquias vão assumir novas competências em matéria de Educação. Inevitavelmente ter-se-ão de fazer mais pagamentos a novos funcionários nas escolas, quer sejam auxiliares ou educadores de infância, e as despesas com pessoal são *Despesas correntes*. Não há possibilidades

de no mesmo orçamento fazer crescer da mesma maneira as *Despesas de capital*. As Autarquias estão hoje confrontadas com esta situação: é que por muito bem que desempenhem a sua função e, de facto, a sua função é a de investir na qualidade de vida das pessoas, s têm cada vez menos capacidade para realizar novas obras (que são obviamente muito importantes para a qualidade de vida das pessoas). Têm, sobretudo, de investir no funcionamento da vida da comunidade e as despesas que, embora sendo investimentos na qualidade de vida das populações, traduzem-se em termos orçamentais na rubrica *Despesas correntes*, que os Srs. vereadores da oposição tanto criticam.

. Os Srs. vereadores têm afirmado que os orçamentos desta Câmara Municipal não têm rasgo. Mas os orçamentos desta Autarquia têm tido uma característica dominante: é a preocupação de manter o equilíbrio financeiro e a saúde financeira do Município de Palmela. Às previsões contidas nos orçamentos correspondem o que é identificado como sendo a capacidade real da Autarquia, nomeadamente a sua capacidade real de gerar e de receber receita. A decisão pelo recurso ao crédito não é como o Sr. vereador José Carlos de Sousa mencionou “de que vieram de férias e decidiram contrair um novo empréstimo bancário”. A solução ideal e desejável seria a de, pela via do aumento das receitas, a Autarquia ter a possibilidade de concretizar mais obras, nomeadamente pela arrecadação de verbas provenientes da Derrama. Contudo, a crise financeira existente e que se denota nas empresas e se reflecte, objectivamente, no resultado desta receita acabou por não se verificar possível. A Câmara Municipal não teve outra solução senão a de recorrer aos empréstimos bancários.

. Vai sublinhar um aspecto que, também, foi alvo de resposta por parte do Sr. vereador Adilo Costa e que tem a ver com o rigor. Considera que será importante em matérias em que se verifique ser possível poupar o fazer, mesmo que esses valores não sejam muito significativos no orçamento. Mas é importante demonstrar os resultados e colocar a exigência, inclusivamente, aos trabalhadores municipais, e que é a de reduzir as despesas onde é possível reduzir. Assim, no âmbito do funcionamento deste Município, reduzirem-se as despesas nos consumíveis, nos combustíveis, na celebração de novos contratos. É necessário estudar e planear, de modo a poupar dinheiro como, por exemplo, no caso dos Seguros, em que se fizeram novas análises ao mercado, e introduzindo novas regras e metodologias de trabalho poupar nas Comunicações. Estas acções são de louvar e chama-se trabalhar com rigor.

. Constata-se que as despesas com pessoal aumentam infimamente, em relação aos aumentos que registaram algumas das componentes da despesa pessoal. Por exemplo, as despesas relacionadas com a Segurança Social aumentaram 2% (de 13% para 15%). A tabela salarial registou um aumento “miserável” de 1,5%, mesmo assim teve um aumento

superior ao que reflectem as despesas com pessoal no conjunto da Câmara, ou seja, o aumento das despesas com pessoal é, inclusivamente, inferior ao aumento da massa salarial.

O **Sr. vereador Adilo Costa** menciona que o aumento das despesas com pessoal é de somente 0,4%.

A **Sr.ª presidente** refere que ao contrário do que os Srs. vereadores afirmaram que, para além da transparência na gestão há, também, rigor.

Seguidamente, a **Sr.ª presidente** refere-se à intervenção efectuada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa sobre o SIADAP e ao modo como este Sistema de Avaliação de Desempenho deve funcionar para elevar a exigência, a qualidade, comparar os bons dos menos bons funcionários, comparar departamentos e elevar o nível da intervenção do Executivo.

A este respeito tem a mencionar o seguinte: permite-se comparar este Sistema com uma experiência que o Sr. vereador conhece muito bem, relativa a sectores onde as pessoas estão habituadas até a praticar a avaliação, como é o caso dos professores, e se revelam tão difícil, para não mencionar mesmo impossível, aplicar o Sistema de Avaliação.

Sobre este tema em concreto, a **Sr.ª presidente** dirige ao Sr. vereador José Carlos de Sousa as seguintes questões:

. De que forma é que julga poder introduzir uma metodologia de avaliação como o SIADAP numa estrutura como uma Câmara Municipal, onde existem muitos trabalhadores com licenciaturas e formações superiores, trabalhadores com habilitações médias mas também trabalhadores com fracas habilitações, que eram as que a Lei lhes exigia para entrarem para a Função Pública.

. Como é que o Sr. vereador julga que se discute sem perturbar as pessoas, sem perturbar o seu normal funcionamento, a introdução de um sistema desta natureza. Fez-se aumentando a capacidade de intervenção deste Executivo junto dos trabalhadores e não virada para os cidadãos. Este sistema, provocou uma terrível perturbação, foi preciso olhar para dentro que tem custos imensos, com um esforço brutal e que, ainda assim esse esforço foi menor, porque houve uma grande capacidade de todos os trabalhadores da Câmara Municipal em conjunto com os Eleitos e particularmente com um desempenho absolutamente incedível das Chefias para acompanharem este trabalho, conseguir-se aplicar este instrumento.

Acrescenta que a aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho (concretamente o SIADAP) é factor de perturbação. Só quem está nestas estruturas, trabalha com as pessoas diariamente, tem pelouros, e quem dirige serviços é que consegue avaliar. Foi

empregue muito trabalho extraordinário, que não está quantificado neste documento de Prestação de Contas. Todos os dirigentes e todos aqueles a quem informalmente foi pedida ajuda e confiada a missão de ajudar a implementar o SIADAP em vários níveis da estrutura onde estão trabalhadores com menores habilitações e, portanto, com mais dificuldade em lidar com este instrumento conseguem avaliar o muito trabalho feito para conseguir aplicar este instrumento.

Admite que o objectivo SIADAP (Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública) possa ter muito mérito, mas irão decorrer muitos anos até que a Administração Pública veja objectivamente e positivamente o resultado da implementação do SIADAP.

Finaliza dizendo que, o que foi efectuado na Câmara Municipal de Palmela, não só no domínio da implementação do SIADAP, mas no cômputo geral do Orçamento e GOP deste Município e os compromissos que a gestão deste Executivo (C.D.U.) assumiu com a população, deve-se ao esforço dos trabalhadores desta Autarquia, porque mesmo com a implementação do SIADAP e apesar do SIADAP, conseguiram cumprir com o que consta na Prestação de Contas 2007.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que não tenciona fazer nenhuma análise sobre o SIADAP, mas que é evidente que todas as pessoas sabem como funciona este Sistema de Avaliação de Desempenho e quais os objectivos que o mesmo visa. É evidente que os Srs. vereadores tiveram de estar amplamente envolvidos nos seus propósitos para, a partir daí e em cascata, os objectivos serem transmitidos aos dirigentes e aos seus quadros. Não coloca nenhum entrave a esta matéria. A implementação de um Sistema deste tipo dá origem a muito trabalho e poderá haver muito trabalho extraordinário, como a Sr.ª presidente disse, mas não lhe parece muito positivo que se possa considerar o SIADAP como um factor de preocupação. É um factor que pode causar transtorno em relação ao que é o trâmite normal da actividade da Câmara Municipal, porque será mais uma tarefa que se terá de cumprir, mas não um factor de preocupação.

Em relação a este assunto – SIADAP –, a **Sr.ª presidente** apresenta um exemplo concreto: a maioria deste Executivo está absolutamente convencida de que na Câmara Municipal de Palmela existem trabalhadores que não são nem todos excelentes, nem todos muito bons, nem todos bons e haverá alguns trabalhadores que, seguramente, não serão os melhores trabalhadores, como acontece em todas as organizações. Duvida contudo, que existam apenas 25% trabalhadores “muito bons” e “excelentes”. Esta constatação é devida pelo desempenho que se conhece desta organização, da estrutura orgânica desta Autarquia, e a maioria do Executivo Municipal tem muitas reservas em aceitar que apenas 25% dos trabalhadores estão entre os que podem ser classificados como “muito bons” e “excelentes” e o SIADAP obriga a que não mais de 25% dos

trabalhadores possam ter essa classificação. Esta imposição gera, imediatamente, um factor de perturbação, na medida em que os trabalhadores sentem que, pese embora o seu esforço, não irão ver esse mesmo esforço devidamente reconhecido e têm algum prejuízo material. Não é só um factor perturbação como é, também, de preocupação. O SIADAP até poderá ter o mérito de evidenciar mais facilmente os “excelentes” e os “muito bons”, mas elimina, automaticamente, todos aqueles que não couberem dentro dos 25% que a lei estipula como limite máximo para abranger nesta avaliação. Insiste que, a maioria deste Executivo, tem a certeza absoluta que, no caso da Câmara Municipal de Palmela, existem mais do que 25% de trabalhadores “muito bons” e “excelentes”.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** adianta o seguinte dado: os trabalhadores que sejam classificados como “muito bons” poderão progredir na carreira em um ou dois anos na categoria, enquanto que os trabalhadores que sejam como “bons” necessitam de estar mais anos na mesma categoria, nalguns casos precisam mesmo do dobro do tempo. Esta questão não poderá ser indiferente para ninguém.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** intervém, novamente, sobre os seguintes assuntos:

- I.M.I. e Derrama - Parece haver alguma incongruência nas afirmações proferidas pelo Sr. vereador Adilo Costa em relação ao I.M.I. e à Derrama. Nas explicações dadas, o Sr. vereador sublinhou que as verbas arrecadadas provenientes do I.M.I. se referiam à recuperação do que estava atrasado. Pergunta se quanto à Derrama não é possível ir buscar as verbas que estão em atraso. Então há crise para o particular e não há crise para a empresa, ou há crise para a empresa e não há crise para o particular. Continua-se a valorizar que o I.M.I. tem muito a ver com as verbas que estavam em atraso, relativamente ao ano de 2006 e que foi cobrado em 2007 mas, em seu entender, as receitas do I.M.I. terão tendência para crescer, considerando o desenvolvimento que o concelho de Palmela tem assistido e pela observação que faz a dois pólos com acentuado desenvolvimento, como são: Pinhal Novo e Quinta do Anjo, e quando de acordo com a lei em vigor as isenções no âmbito do I.M.I. são efectuadas unicamente por três anos.

- Contratos em regime de avença - Alerta que a Sr.ª vereadora Adília Candeias mencionou que existem 60 pessoas que executam tarefas em regime de avença, mas estranha que, compiladas as folhas da Prestação de Contas referentes a esta questão (da página 177 à página 182) só se identificam 3 funcionários em escolas.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** adianta que são 34 trabalhadores que estão nestas condições.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que são visíveis os 34 trabalhadores no documento. Em 2005 existiam 6 avenças, que em 2006 passaram para 13, e este ano são 34. Mas não vem mencionado que se reporta a pessoal a trabalhar nas escolas, de qualquer modo não está a duvidar. Só são mencionados 3 avenças de pessoas que são remuneradas com cerca de 400,00 euros e prestam serviço em escolas do concelho.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** explica que na página seguinte da Prestação de Contas, relativamente à celebração de contratos a termo é mencionado que foram celebrados novos contratos e renovados 31, sendo a maior predominância destes pertencentes ao grupo auxiliar e de apoio educativo.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** esclarece que foi em relação aos contratos que se pronunciou.

Em relação aos rácios, o **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que o ponto 4.3 da Prestação de Contas menciona que *“(...) o investimento municipal realizado por habitante decresceu nos anos em análise, consequência directa da diminuição da despesa total registada nesses anos (...) a despesa total realizada por habitante, com actividade directa municipal, este indicador vem ao encontro do anterior, vindo a manifestar uma tendência para diminuir de 2005 até 2007, consequência directa da diminuição da despesa municipal (...) estes investimentos na população diminuiram fruto da diminuição da despesa municipal e, eventualmente, do aumento populacional (...)”*.

A **Sr.ª presidente** explica que são dados do I.N.E. (Instituto Nacional de Estatística).

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que uma das afirmações da Sr.ª presidente foi de que os orçamentos se têm pautado pelo equilíbrio e saúde financeira do Município. Julga que todos estarão de acordo com este ponto. No entanto, tem a recordar o seguinte:

- O orçamento da Câmara Municipal de Palmela (C.M.P.) era, em 2005, de 50 milhões de euros, dos quais apenas se concretizaram 42 milhões de euros. Ainda que tenha havido por parte desta Autarquia um esforço para ir ao encontro de um orçamento equilibrado, já numa anterior reunião, teve ocasião de expressar que “a C.M.P. faz a sua gestão um pouco à maneira das famílias portuguesas, que é a de viver um pouco acima da média”. As concretizações que são feitas por parte deste Município têm muito a ver com o que é o *plafond* distendido do orçamento e do que são as verbas previstas que, neste momento, não se distanciam tanto do que era previsível.

Acrescenta que, em relação aos encargos com arrendamentos de imóveis, consta na Prestação de Contas que:

- Em 2006 foram cerca de 544.000,00 € e em 2007 ultrapassa-se o valor de 800.000,00 euros.

A propósito desta questão, o **Sr. vereador Adilo Costa** corrige que os montantes que são os seguintes:

- Em 2006 - 558.000,00 €;
- Em 2007 - 583.000,00 €.

O aumento percentual é de 4,31.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** insiste que a proposta menciona que são 800.000,00 euros para encargos com instalações.

Em relação ao I.M.I. e à Derrama, o **Sr. vereador Adilo Costa** explica que:

. Contrariamente ao I.M.I. onde há um valor liquidado, mas depois há o valor que é efectivamente o cobrado, na Derrama o valor liquidado é efectivamente cobrado. A Derrama pode sofrer oscilações: ou aumenta ou diminui, mas esta oscilação tem somente a ver com o lucro das empresas e não a recuperação de valores atrasados.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** questiona sobre qual é a forma de procedimento em relação às empresas que não liquidam a Derrama.

O **Sr. vereador Adilo Costa** responde que as empresas que não pagam ficam a dever à Fazenda Nacional, mas o cálculo é efectuado quando as empresas apresentam o IRC. O valor da Derrama ainda não foi cálculo conforme consta na Lei das Finanças Locais, em que é previsto um “corte” de 38% a manter-se a situação financeira das empresas.

Quanto ao I.M.I. cobrado verifica-se uma cobrança de IMI atrasado (ainda assim, há muitas pessoas que não pagaram, devido à crise que se vive).

A **Sr.^a presidente** refere que é devido aos trabalhadores desta Autarquia o reconhecimento da Câmara Municipal pela apresentação deste documento de Prestação de Contas, e refere-se não só ao documento físico que está bem elaborado, e merece o reconhecimento mas, também, o agradecimento pelo desempenho feito ao longo do ano pelos trabalhadores que mesmo com todas as turbulências que caracterizaram o ano de 2007, permitiu ao Executivo apresentar os resultados que este documento revela.

Finaliza dizendo que, em nome da Câmara Municipal de Palmela, agradece aos seus trabalhadores o esforço e dedicação, expressando a convicção que só é possível continuar a assumir compromissos porque acredita no desempenho de todos os trabalhadores.

Submetida a votação a proposta de Prestação de Contas 2007, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com o voto contra dos Srs. vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa, e a abstenção do Sr. vereador Octávio Machado.

II – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

DIVISÃO DE DESPORTO:

Pelo **Sr. vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Relatório e Contas 2007 – Palmela Desporto, E.M.:

PROPOSTA N.º 1/DCD-DD/07-2008:

«No cumprimento da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e dos Estatutos da Palmela Desporto, EM, esta empresa municipal aprovou os seus documentos de prestação de contas relativos ao ano 2007, os quais se apresentam à apreciação da Câmara Municipal.

Os documentos que se apresentam reflectem a actividade e o movimento financeiro da empresa no ano em apreciação.

Os resultados obtidos inserem-se numa linha de actuação que se tem vindo a desenvolver e que se orientam na diminuição da dependência da empresa relativamente à Câmara Municipal.

Assim, e tendo em consideração o parecer positivo do Fiscal Único, **propõe-se** à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2007 da Palmela Desporto, EM, constituídos pelo balanço; demonstrações de resultados; anexos ao balanço e demonstração de resultados; demonstração de fluxos de caixa; relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação dos resultados; execução anual do plano plurianual de investimentos; parecer do fiscal único e certificação legal de contas.»

Sobre a proposta de *Relatório e Contas 2007 – Palmela Desporto, E.M.* numerada 1/DCD-DD/07-2008 intervieram:

O **Sr. vereador Adilo Costa** dá os parabéns à administração e aos trabalhadores da Palmela Desporto, E.M..

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que a sua intervenção vai ser feita em representação dos Vereadores do P.S.. O *Relatório e Contas 2007 da Palmela Desporto* merece-lhe as seguintes considerações:

. Não podem partilhar dos votos de parabéns que o Sr. vereador Adilo Costa dirige à Palmela Desporto. Preferem partilhar os votos de sucesso para os dois nadadores deste concelho. E explica que não podem partilhar os votos de parabéns, porque da apresentação dos resultados expressos em quadros que este documento contém, denota-

se claramente uma falta de capacidade em cumprir os objectivos traçados. E passam a enumerar os objectivos e quais foram as suas reais concretizações:

- Na *Promoção do Desenvolvimento Desportivo* –

- . As *Actividades Especiais Projectadas ou Previstas* eram 14 acções, foram realizadas 9;
- . Na *Organização de Eventos Desportivos* foram projectadas 20 acções, foram realizadas 14:
- . Estavam projectados 12 *Protocolos de Cooperação*, sendo que foram efectuados 10. Verifica-se um decréscimo em relação ao ano de 2005, em que eram 13 os protocolos, e consta na acta de 04.Abril.2007, a afirmação dos Vereadores Socialistas de que “isto denota um falta de consolidação das pessoas que estão à volta da piscina”, embora tenham de concordar, porque os dados assim o demonstram, que o número de praticantes não tenha diminuído na maior parte dos equipamentos.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** continua a análise ao documento em apreciação:

- Ao nível da execução orçamental, nutrem a ideia de que se a previsão era de zero euros nos *Proveitos e Ganhos Extraordinários* e se foram executados 593,00 euros a variação não pode ser 100% tem de ser de 593%.
- A necessidade de afirmação da Palmela Desporto, E.M. continua a ser real. Durante um ano foi admitido um único funcionário, que não é um funcionário “regular”, é um director de equipamentos desportivos e, assim, a Palmela Desporto, E.M., fica com três directores de equipamentos desportivos para os quatro equipamentos.
- Na Piscina Municipal de Palmela verifica-se que:
 - . Em 9 projectos, 5 deles viram diminuir os seus participantes;
 - . Em 15 eventos previstos, 5 deles não se realizaram;
 - . Diminuiu o número total de utentes.

No ano passado puderam afirmar que as questões relacionadas com os investimentos na Piscina Municipal de Palmela são prementes e passa a ler “não é preciso ter muitas noções para se perceber que, sem investimento e utilização, os equipamentos não se perpetuam no tempo e será impossível prestar-se um bom serviço”. Este equipamento terá de ser repensado de outra forma.

- No Pavilhão Desportivo Municipal verifica-se que:
 - . Das 17 entidades promotoras, 2 não desenvolveram actividade durante este ano e 5 diminuíram o número dos seus utilizadores.
- Na Piscina Municipal do Pinhal Novo verifica-se que:
 - . Dos 19 projectos, 6 deles tiveram uma redução de participantes.
 - . A Piscina Municipal do Pinhal Novo é o único dos quatro equipamentos que a Palmela Desporto, E.M., possui em que há um aumento global dos utilizadores.
- No Complexo Desportivo Municipal de Palmela verifica-se que:
 - . A utilização do Complexo Desportivo veio contrariar um pouco o que o Sr. vereador Adilo Costa disse numa anterior ocasião, ou seja, este Complexo Desportivo foi usado em média 2 horas e 35 minutos / por dia, durante o ano. É visível que o grande utilizador e pagador por este Complexo é o Palmelense Futebol Clube.
 - O Sr. vereador Adilo Costa afirmou que “a barreira psicológica do meio milhão de euros acabou por se conseguir concretizar para o ano de 2008” e, realmente, as participações da Câmara Municipal diminuem, embora não muito significativamente, mas diminuem de facto.
 - Sublinha que não se podem descurar os apoios financeiros que a Câmara Municipal de Palmela delibera conceder aos Clubes (Pamelense Futebol Clube, Clube Desportivo Pinhalnovoense, Quintajense Futebol Clube) pela utilização que fazem dos equipamentos desportivos sob a gestão da Palmela Desporto, E.M., para estes pagarem a esta empresa.
- O quadro constante na página 15 da Prestação de Contas relata o *Exercício e a Comparação dos Custos com Fornecimentos e Serviços Externos*. Neste ponto, a impulsão dos proveitos próprios é positiva embora, no entender dos Vereadores do P.S., seja artificial, atendendo a que as verbas dão entrada por outra forma.
- Têm grandes dificuldades em perceber como é que a *Taxa de Execução do Investimento* é única e exclusivamente de 44%, e mais difícil é perceber que o investimento foi feito em áreas que não estavam inicialmente projectadas, ou seja, o investimento é feito em materiais, em equipamentos e em outras áreas que não tinham sido aquelas que o plano de actividades tinha traçado como prioritárias. A *Taxa de Execução do Investimento* é apresentada praticamente ao contrário, na medida em que mais de metade da previsão de 2007 ou foi adiada, ou não foi feita e o que acabou por ser concretizado não estava sequer previsto. Embora saibam que

as acções são dinâmicas, e todos devem estar disponíveis e ter uma visão abrangente sobre os projectos, mesmo assim tem de haver alguma previsão, até porque a previsão não é realizada para três anos, mas para um ano única e exclusivamente.

- A Certificação Legal de Contas, de acordo com o parecer do ROC (Revisor Oficial de Contas) apresenta-se em conformidade.

- Quanto ao Parecer do Conselho Fiscal têm a apresentar que:

. O TOC (Técnico Oficial de Contas) menciona que as reconciliações bancárias devem ser executadas em tempo, notando que, o responsável financeiro está a introduzir melhorias nesta área. Mas já sucedeu o mesmo no ano passado, em que o ROC referenciou não ter tido acesso às reconciliações bancárias.

. A página 24 da Prestação de Contas faz menção aos incobráveis, em que na rubrica de clientes está registado um valor “a receber de um Clube Desportivo do Município, no montante de 41.623,00 €, e que apresenta dificuldades de cobrança, mantendo a Administração da Empresa Municipal a firme convicção de que o valor será recuperável”, mas depois na página 34 menciona-se que “não existem dívidas de cobrança duvidosa”, o que contraria o que o ROC menciona.

. Fiscalidade – Nutrem uma dúvida que vão explanar. De acordo com uma prerrogativa legislativa governamental a Palmela Desporto, E.M. e os equipamentos desportivos devem deixar de cobrar pelos seus serviços a taxa de 21% de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e passar a cobrar 5%. Sobre este ponto o Fiscal único menciona que “beneficiou claramente a empresa, já que teve maiores lucros”. Questiona sobre se na mensalidade que é paga para usufruir, por exemplo, da Piscina Municipal do Pinhal Novo estão incluídos os 21% quando, na realidade, deveria ter havido uma redução do preço, na medida em que o IVA que é pago às Finanças foi alterado para 5%.

. Pretende ser esclarecido a que se deve o pagamento de 140,78 € no cômputo de Multas e Penalidades.

O Sr. vereador José Carlos de Sousa conclui a avaliação que os Vereadores Socialistas fazem sobre a Palmela Desporto do seguinte modo:

. O Conselho de Administração da Palmela Desporto, que tomou posse há cerca de dois anos, menciona em relação aos Custos e Proveitos que “(...) *este dado resulta do facto da Palmela Desporto, E.M., ter passado a realizar no ano de 2000 a gestão dos equipamentos desportivos municipais, herdando “uma tabela de tarifas desajustada das*

reais condições de exploração e com uma ordem expressa para a sua manutenção” (...). Não lhes parece correcto estar a evocar um facto que é de 2000 quando a actual Administração da Palmela Desporto, E.M., já tinha pleno conhecimento desta directiva e utiliza-a para justificar, de alguma forma, a sua ineficácia em termos da apresentação de resultados concretos.

. Saúdam a apresentação dos Centros de custos de que têm vindo a falar com insistência e que finalmente aparecem. Constata-se que o Centro de custos da administração aparece imputado às quatro valências, mas não lhes parece verdadeiro que seja imputada 25% à Piscina Municipal do Pinhal Novo e 25% ao Complexo Desportivo Municipal, porque a ocupação e a capacidade de cada um dos equipamentos é muito diferenciada e a Piscina Municipal do Pinhal Novo contempla muito mais pessoas. Defendem que o Centro de custos não pode ser dividido equitativamente, porque não são quatro equipamentos idênticos. De qualquer forma, é de saudar a apresentação do Centro de custos e a diferença demonstrada do que se reporta a receita e a despesa, da comparticipação da Câmara Municipal a vertente social que a Palmela Desporto, E.M. exerce, foi criada para exercer e continuará a ter de cumprir, uma vez que tal medida foi consagrada, até que a empresa se transforme, eventualmente, e se a Autarquia assim o entender, numa Sociedade Anónima, para então poder praticar os preços que muito bem entender.

O **Sr. vereador Octávio Machado** é de opinião que não se pode denominar Complexo Desportivo Municipal a uma valência que não é de maneira nenhuma um complexo desportivo.

Acrescenta que se discute frequentemente, neste Executivo inclusive, a necessidade de reger a gestão por parâmetros de economicidade. Estando, ele próprio, completamente de acordo com os apoios financeiros que a Câmara Municipal dá aos Clubes desportivos para estes puderem utilizar os equipamentos sob gestão da Palmela Desporto, oferece-se comentar o seguinte:

- O número de utentes do campo de futebol relvado é de 384 / mês, mas comparando-se o número de utilizadores, por exemplo, com outro equipamento de qualidade como é a Piscina Municipal do Pinhal Novo chega-se rapidamente à conclusão que este equipamento não se justifica em termos de exploração e retira à Câmara Municipal a capacidade para investir na criação de novos equipamentos, na medida em que a média mensal de utilizadores desta Piscina é de 3.787 utentes, e as verbas que esta Autarquia “injecta” nos equipamentos antes mencionados resultam numa diferença de cerca de 30.000,00 €. Há que encontrar uma solução. A Câmara Municipal fez investimentos, e bem, nas instalações do Quintajense Futebol Clube, no património do Clube Desportivo Pinhalnovense e terá, necessariamente,

de encontrar uma solução para este caso. Insiste que, a prática que se vem exercendo retira verbas que poderiam ser utilizadas para novos equipamentos, como por exemplo, a construção de uma piscina numa das zonas rurais do concelho, ou a execução de um pavilhão em Palmela, ou a possibilidade de apoiar na construção do pavilhão desportivo do Quintajense Futebol Clube. É uma sugestão que deixa à consideração da Câmara Municipal.

Finaliza que vai votar contra na votação desta proposta, porque não concorda com a exploração do equipamento – campo de futebol relvado – nos moldes em que está a ser feito e, ainda por mais, quando esta situação já se vem arrastando há vários anos e retira a possibilidade de uma gestão diferente, ainda que não fosse lucrativa mas que, pelo menos, apresentasse números diferentes do que apresenta esta Prestação de Contas.

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que, com a devida autorização da Sr.^a presidente, gostaria que fosse dada a palavra ao Sr. presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto para abordar de forma pormenorizada as questões relacionadas com a gestão da Empresa Municipal. Antes disso, tem a fazer os seguintes comentários:

. Em relação à questão colocada pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa sobre a variação em que o resultado apresentado é de 100%, está em crer que, este cálculo está correcto.

. Em relação aos investimentos nos equipamentos sob gestão da Palmela Desporto, menciona que:

- Sendo que os equipamentos já têm uma década de existência é importante definir que investimentos terão de ser realizados. Há contudo, ainda, aqueles investimentos que são para situações pontuais, e que o dia-a-dia obriga a uma resposta imediata, porque os equipamentos não podem parar, nem fechar ao público.

- Em comparação com o ano de 2006, que teve investimentos na ordem de 34,54%, o ano de 2007 regista um aumento neste capítulo. Concorda, ainda assim, que será preciso reflectir sobre que tipo de investimentos serão necessários realizar e, eventualmente, nos meios para poder cobrir esses mesmos investimentos.

. Considera que não se pode fazer a comparação entre os equipamentos, porque eles são completamente diferentes e não são comparáveis. Realça que o Complexo Desportivo de Palmela está aberto ao público 285 dias no ano.

. Frisa que há uma grande diferença entre as verbas que são recuperáveis e as que são incobráveis. E explica: incobrável é o que já está em pré-contencioso, numa situação de risco e existem mecanismos fiscais para poder abater em termos de impostos, e esta situação não será o caso da entidade que vem referenciada no documento e, naturalmente, irá haver um plano de recuperação e pagamento. Não se trata de uma verba

de cobrança duvidosa, é sim uma verba assumida que será calendarizada e paga à Palmela Desporto.

. Em relação ao IVA, e salvo melhor explicação, a partir de Março de 2007 o IVA a cobrar por serviços prestados a pessoas individuais passou a ser de 5%, sendo que o IVA prestado a empresas se manteve nos 21%.

. Sobre a questão do valor pago pela Empresa Municipal, relativo a Multas e Penalidades poderão ser adiantas as devidas explicações pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração desta empresa.

Seguidamente, a **Sr.ª presidente** dá a palavra ao Sr. presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto para que adiante os esclarecimentos às questões que foram apresentadas pelos Srs. vereadores, e efectue as considerações julgadas necessárias aos dados constantes na Prestação de Contas 2007, o que foi feito.

O **Sr. vereador Octávio Machado** denota a sua preocupação pelo facto de que é necessário que a Autarquia possa assumir a concretização de investimentos em outras áreas, e pensar em arrancar com a 2.ª ou a 3.ª fase do Complexo Desportivo de Palmela quando é preciso colocar de pé o pavilhão desportivo do Quintajense Futebol Clube, é algo que lhe parece contraditório tendo em conta a realidade.

Acrescenta que o campo de futebol relvado regista, no ano em apreço, um aumento de receita de 11% enquanto que as despesas aumentam em 27%. É preciso ter em linha de conta que toda a receita que entra nos cofres da Palmela Desporto por via da exploração deste equipamento provém da Câmara Municipal de Palmela. E é isto o que está efectivamente em causa. Na Piscina Municipal do Pinhal Novo são praticados preços sociais, enquanto que neste equipamento os preços sociais são inexistentes e é a Autarquia quem paga ao Palmelense Futebol Clube e a mais entidades (sem pôr em causa os protocolos celebrados entre C.M.P. e Clubes neste âmbito, até porque são de uma clareza inquestionável), mas são avultadas verbas (160.000,00 euros para ser mais preciso), atendendo até ao número de utilizadores que abrange. Existem possibilidades de este equipamento poder ser transformado com vantagens.

Menciona que a degradação dos equipamentos no Inverno é maior e os custos de manutenção somam valores consideráveis.

Deixa o desafio para que a maioria do Executivo Municipal possa empregar vontade política em resolver problemas, como sejam, a disponibilização de verbas para investir na recuperação da Piscina Municipal de Palmela, na construção do pavilhão do Quintajense Futebol Clube e em obras de beneficiação nas instalações do Palmelense Futebol Clube.

Conclui que é necessário empregar soluções que permitam que a Câmara Municipal fique muito melhor.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** volta a intervir para enfatizar o seguinte aspecto:

. Quando a Piscina Municipal de Pinhal Novo cobra 21% de IVA nas aulas de Natação recreativa, cujo valor bruto, por suposição, é de 18,00 € / mês, o valor referente a este imposto será de 3,78 €. Se a Palmela Desporto ficou ilibada de pagar 21% e passou a pagar 5% às Finanças, resulta que o diferencial entre os 5% e os 21% acrescem para a Palmela Desporto, sendo que no exemplo que deu, são 2,88 € / mês / utilizador que entram nos seus cofres. Quando a média de utentes deste equipamento é de 3.753 utentes (de acordo com o que vem plasmado) perfaz 10.808,00 €, que multiplicados por 9 meses, dá um valor aproximado de 90.000,00 €. Há um crescimento de cerca de 90.000,00 € que têm origem na aplicação de uma acção, que o Sr. vereador Adilo Costa muito gosta de chamar de “engenharia financeira”, só que esta “engenharia financeira” reflectiu-se no bolso dos utilizadores. De facto o IVA desceu mas os preços mantiveram-se, e os Vereadores do P.S. não consideram que tivesse sido uma medida aceitável.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** explica que, quando foi criada a Palmela Desporto, Empresa Municipal, foi dada a directiva pela Autarquia de que a empresa não devia cobrar esse valor aos utentes, na medida em que o que se pretendia era a aplicação de preços sociais e o objectivo não era a apresentação de lucros pela Empresa em causa. Atendendo a que a lei foi alterada no cômputo da aplicação da taxa do IVA e, ainda, devido ao facto de esta alteração ter acontecido a meio do ano, e como já existia a orientação anteriormente dada continuou-se a seguir este padrão.

Menciona que certamente, no futuro, terão oportunidade de discutir os investimentos que terão de ser realizados nos equipamentos desportivos. Relembra alguns dos investimentos: os pavilhões desportivos para as Escolas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo, para a Escola 2 + 3 do Poceirão, para o Quintajense Futebol Clube. As opções terão de ser tomadas tendo por base os recursos existentes. A Piscina Municipal de Palmela também é um equipamento que, devido aos anos de existência que possui, necessita de ser intervencionado. Em sede de definição do que devem ser as novas opções das GOP (Grandes Opções do Plano) devem ser discutidas estas questões, mas sublinha que as opções respeitam à Câmara Municipal e não será matéria que possa ser cometida à Empresa Municipal. Assim como a relação com os Clubes desportivos que são utilizadores dos equipamentos desportivos municipais estabelece-se entre Autarquia e Direcções dos Clubes.

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que pode ser facilmente constatada a disponibilidade da Autarquia sempre que se discute o âmbito da Palmela Desporto, Empresa Municipal.

Ressalva que não pode ser retirado o mérito pela capacidade de resposta que a Palmela Desporto tem dado ao conjunto dos equipamentos sob a sua gestão, ainda mais quando há respostas que têm de ser apresentadas no imediato. Acresce, ainda, que a Autarquia teria alguma dificuldade neste âmbito, porque a sua estrutura já exerce por si só um “peso” considerável.

O **Sr. vereador Adilo Costa** acrescenta as seguintes considerações:

. Sendo verdade que houve redução de algumas actividades também, é um facto, que há um aumento significativo de acções que não estavam previstas, nomeadamente na Piscina Municipal do Pinhal Novo.

. O aumento dos custos no Complexo Desportivo Municipal tem de ser imputado à criação da estrutura central de gestão e à repartição das verbas pelos quatro equipamentos.

. O Sr. vereador José Carlos de Sousa efectuou cálculos em relação ao pagamento feito pelos utentes no que respeita ao IVA, mas é preciso esclarecer que muitos utilizadores são empresas, cujo valor a cobrar de IVA se manteve.

. Os mecanismos utilizados pela Câmara Municipal para conceder os apoios financeiros aos Clubes desportivos pela utilização dos equipamentos sob gestão da Empresa Municipal tiveram como fim proporcionar uma cabal clarificação e transparência do que está a ser efectivamente concedido, sendo que não se pretende que essa transparência possa afigurar-se como perversa para a própria Autarquia. Neste sentido, já existe um parecer jurídico e está a ser estudada a hipótese de, mantendo-se a transparência, poder dar o subsidio ao Clube ou à Entidade, sendo a verba encaminhada para quem de facto está a prestar o serviço para a Palmela Desporto.

Submetida a votação a proposta de *Relatório e Contas 2007 – Palmela Desporto, E.M.*, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com o voto contra dos Srs. vereadores José Braz Pinto, José Carlos de Sousa e Octávio Machado.

III – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e dez minutos, a **Sr.ª presidente** declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *José Manuel Monteiro*, director do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O director do Departamento

José Manuel Monteiro